

GÊNERO, MATERNIDADE E DOCÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A SAÚDE MENTAL DE MULHERES NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Daniele de Andrade Ferrazza¹

Daniele de Almeida Duarte²

Hilusca Alves Leite³

Poliana Grela⁴

Resumo: A pesquisa objetiva analisar as condições vivenciadas por professoras mães no contexto de trabalho remoto, decorrente da pandemia de Covid-19, atentando-se para a saúde mental daquelas mulheres. O estudo exploratório descritivo foi realizado através da aplicação de um questionário online enviado às professoras do ensino fundamental de uma cidade do interior do estado do Paraná. A partir das respostas emitidas por 113 professoras, foi possível construir um texto analítico em diálogo com outras pesquisas pautadas na temática. Identificou-se que a pandemia gerou impactos sociais, político-econômicos e psíquicos nas vivências das mães docentes, alterando os modos de viver e se relacionar.

Palavras-chave: Cuidado materno; Trabalho docente; Saúde mental.

Abstract: The research aims to analyze the conditions experienced by mother teachers in the context of remote work, resulting from the Covid-19 pandemic, paying attention to the mental health of those women. The descriptive exploratory study was carried out through the application of an online questionnaire sent to elementary school teachers in a city in the interior of the state of Paraná. From the responses issued by 113 teachers, it was possible to build an analytical text in dialogue with another research based on the theme. It was identified that the pandemic generated social, political-economic and psychic impacts on the experiences of teaching mothers, changing the ways of living and relating.

Keywords: Maternal care; Teaching work; Mental health.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Psicologia e Sociedade - Universidade Estadual Paulista. Professora - Universidade Estadual de Maringá. E-mail: daferrazza@uem.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0912-9559>.

2 Doutora em Psicologia - Universidade Estadual Paulista. Professora - Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: daduarte@uem.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2092-0432>.

3 Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - Universidade de São Paulo. Professora - Universidade Estadual de Maringá. E-mail: hilusca.leite@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8954-4252>.

4 Graduanda em Psicologia - Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ra120069@uem.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0403-9319>.

Introdução

O processo de transformação repentina do ensino presencial para o ensino remoto, causado pelo isolamento social decorrente da pandemia do vírus SARS-CoV-2 (causador da doença da Covid-19), a partir do ano de 2020, foi um grande desafio para docentes e discentes – cenário este que culminou em diversas situações de sofrimentos psíquicos (Macêdo, 2020). Isso se deu em um contexto em que o ensino passou a acontecer de modo online, rompendo completamente os limites entre o âmbito profissional e pessoal, o que trouxe profusas alterações na rotina de trabalho de docentes, principalmente mulheres, em razão da necessidade de se adaptarem à atuação no formato de *home office* e, conseqüentemente, aglutinar as funções laborais e as domésticas em um mesmo espaço.

Corroborando essas informações, Souza e Machado (2021) demonstraram em pesquisa também realizada com docentes no cenário da pandemia que, ao se encontrarem diante da sobreposição de funções, as mulheres relataram vivenciar em diversos momentos a interrupção das produções acadêmicas para atender demandas domésticas, como “cuidar da rotina dos/as filhos/as e fazer malabarismos para manter o interesse deles/as por atividades saudáveis, criativas e independentes da presença materna enquanto a escrita e a pesquisa caminhavam” (Souza; Machado, 2021, p. 287). As autoras supracitadas acrescentaram ainda que “a solidão, a concentração para a escrita e a interação com autoras/es dá lugar para a realidade de uma casa barulhenta [...]” (Souza; Machado, 2021, p. 287).

Ademais, Souza e Machado (2021) afirmaram que mulheres – nas condições de mães, docentes e pesquisadoras – experienciam o âmbito doméstico de modo distinto e, na maioria das vezes desigual, quando comparado a outros membros familiares, principalmente no que se refere às relações heterossexuais. Essas desigualdades podem ser evidenciadas, sobretudo, devido à manutenção diária do espaço doméstico e no cuidado com as/os filhas/os – tarefas que implicam, historicamente, uma responsabilidade exclusiva das mulheres em sua execução (Casagrande; Incerti; Freitas, 2022).

Zanello *et al.* (2022), em recente estudo, demonstraram que a pandemia agravou as desigualdades de gênero no cuidado doméstico e familiar devido à medida de isolamento social, visto que com a presença de filhas/os em casa de modo integral, novas situações que “teoricamente deveriam ter sido colocados aos diferentes membros das famílias, recaíram sobretudo nas mulheres dessas famílias: quem cuidaria dos filhos? E de que formas?

Quem os ajudaria nas aulas online e na necessidade de estudar em casa o que outrora aprenderiam na escola?” (Zanello *et al.*, 2022, p. 3).

Quando comparadas aos homens, as mulheres, mesmo desempenhando atividades profissionais, continuaram cuidando de maneira prevalente das/os filhas/os e da casa, bem como assumiram predominantemente as responsabilidades ocasionadas pela pandemia, como auxiliar as/os filhas/os durante as atividades online. Dessa forma, elas depararam-se com uma intensa redução do tempo para se dedicarem à profissão e ao cuidado de si mesmas. Nessa perspectiva, como comentam Zanello *et al.* (2022), a partir do estudo realizado por Etheridge e Spanting (2020), durante o momento pandêmico, constatou-se que “as mulheres sofreram um declínio em seu bem-estar psíquico significativamente maior do que os homens, o que, entre outros fatores, relaciona-se diretamente com o acúmulo de trabalho, tarefas domésticas, cuidados e responsabilidades familiares” (Zanello *et al.*, 2022, p. 4).

Diante dessas circunstâncias, surge a necessidade de ampliar as investigações sobre o tema, debatendo acerca das condições vivenciadas por mulheres-mães e docentes, as quais, perante o contexto pandêmico, passaram a acumular mais jornadas de trabalho, sobrepondo as atividades remuneradas (que estavam ocorrendo de modo remoto) e as atividades domésticas, em um mesmo espaço. A categoria profissional docente, especialmente a da rede básica de ensino, é exemplar para situar esse cenário, considerando que a mesma é exercida majoritariamente por mulheres, demonstrando a histórica construção da feminização do magistério e do cuidado em termos de ocupação e sociabilidade (Louro, 2004).

Nessa direção, problematizamos a divisão social e sexual do trabalho para situar como ela opera no cotidiano, inclusive para buscar superar análises cindidas – haja vista que as relações de produção não podem ser compreendidas de modo apartado das relações de reprodução. Nesses termos, o sofrimento advindo dessas esferas não está desconectado, devendo ser reconhecido para que seu lastro seja caminho para enfrentamento e transformação das situações opressoras e geradoras de agravos. Essa proposição é fundamental para compreender o fenômeno em tela, onde buscamos situar a coextensão da atividade produtiva e reprodutiva que designa o lugar/papel da mulher mediante as tecituras das relações sociais e de sexo que atravessam o conjunto da sociedade. Para tanto, os estudos feministas têm contribuição fundamental ao refutar a visão de classe social hegemônica que se faz pela homogeneidade de um trabalhador universal em termos de condutas, comportamentos e práticas relacionais que ignoram

deliberadamente as relações de gênero, inclusive a dimensão sexuada do sofrimento relacionado ao trabalho (Molinier, 2013; Hirata; Kergoat, 1994).

Posto isso, a presente pesquisa tem o intuito de estudar o tema da maternidade e docência, com foco nas condições cotidianas vivenciadas por docentes mães no contexto de trabalho remoto impulsionado pela necessidade de isolamento social devido à pandemia da Covid-19, com especial atenção à saúde mental daquelas mulheres. Mais especificamente, investigar, por meio da aplicação de um questionário online direcionado às professoras do ensino público fundamental de uma cidade do estado do Paraná, as vivências femininas de trabalho docente em seus arranjos cotidianos com a maternidade e os afazeres domésticos, atentando-se para as condições de saúde mental daquelas mulheres. Sendo assim, este estudo pretende traçar contribuições para o surgimento também de outras pesquisas que possam pensar, no âmbito das políticas públicas, em determinadas estratégias para o cuidado de mulheres docentes e mães.

1 Procedimentos metodológicos

Para a realização da pesquisa, foi necessário dividi-la em dois momentos. No primeiro momento foi enviado o convite, via e-mail, às professoras docentes do ensino básico⁵ da rede pública municipal de uma cidade do estado do Paraná, com o intuito de convidá-las para participarem voluntariamente do estudo através do preenchimento de um questionário online. Considerando a intenção de abarcar o maior número possível de docentes mães do Ensino Fundamental nesta etapa da pesquisa, para delimitar as escolas participantes optou-se por, primeiramente, fazer um levantamento junto à Secretaria de Educação do Município em questão solicitando a relação de escolas públicas que atendem esta etapa do ensino. Dessa forma, nos foi disponibilizada uma relação de 52 escolas com os respectivos contatos telefônicos e de e-mail da direção de cada instituição. A partir disso, foi possível veicular pelos e-mails de diretoras/es das 52 escolas o convite e a explanação sobre a pesquisa e seus objetivos, bem como solicitar que o link do formulário eletrônico criado fosse direcionado para as docentes mães participarem da pesquisa.

Como critérios de inclusão para colaboração com o estudo, as mulheres, antes do preenchimento do questionário, declararam serem mães e estarem realizando atividades de ensino remoto no contexto pandêmico⁶. Disparado

⁵ Nesta pesquisa iremos nos referir ao termo ensino básico nos centrado exclusivamente no Ensino Fundamental I, que abarca o ensino do primeiro ao quinto ano.

⁶ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que apresenta uma síntese a respeito da desta pesquisa e esclarece sobre uma voluntária participação, foi disponibilizado virtualmente antes do preenchimento das questões do formulário *online*.

durante o segundo semestre de 2021, momento de isolamento e ensino não presencial, o questionário abordava questões relacionadas aos três eixos seguintes: perfil socioeconômico, trabalho docente e saúde mental. Suas questões, diferenciadas entre 38 perguntas fechadas e três abertas, foram disponibilizadas para as participantes, mediante um formulário elaborado no Google Forms.

No segundo momento, por sua vez, foi elaborada a análise dos dados do questionário eletrônico, que consistiu em um estudo quanti-qualitativo de cunho exploratório descritivo, em que se calcularam as frequências das respostas e realizaram-se as comparações concernentes aos objetivos da pesquisa. Posteriormente, as respostas foram analisadas qualitativamente fundamentadas nos estudos feministas, o que culminou na construção de um texto analítico produzido por meio do diálogo com as publicações científicas especializadas sobre o tema, com destaque para o material sobre maternidade, docência e saúde mental.

Todo o procedimento do estudo seguiu a Resolução 466/2012-CNS, sendo o projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com CAAE nº 38989320.0.0000.01041⁷.

2 Resultados e discussão

Após dispararmos o questionário online para as docentes do ensino básico do município, obtivemos a participação voluntária de 113 professoras e mães que responderam as questões sobre cuidado materno, atuação profissional na docência e afetos produzidos no contexto da pandemia que influenciaram as vivências em saúde mental. Os resultados da pesquisa serão apresentados nas próximas seções em cinco eixos de análise: (1) Perfil socioeconômico das docentes do ensino básico da rede municipal; (2) Contexto doméstico-familiar relacionado à maternidade das docentes; (3) Atuação profissional na docência feminina; (4) Trabalho docente no contexto da pandemia; e (5) Apontamentos sobre a saúde mental das mulheres professoras.

Nesse caminho, abrimos uma reflexão dialogando com uma perspectiva ampliada de saúde considerando sua determinação social com base na Saúde Coletiva. Esse horizonte pauta-se na concepção da integralidade, sendo uma via para buscar o direito à saúde e a defesa da vida. Além de exigir análises contextualizadas, esse campo conceitual, que extrapola o do sistema de saúde, situa uma conjuntura onde operam nos diferentes espaços

7 A presente pesquisa acompanha a resolução nº 510 de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, a qual aborda as diretrizes e normas para a realização de pesquisas que envolvem seres humanos.

existenciais as determinações sociais da saúde. Dessa forma tencionamos, a partir da realidade local investigada, expor indicadores que interferem no processo saúde-doença – haja vista que está em cena um grupo populacional cujo segmento profissional e de gênero revela profundas desigualdades (nas quais está submetido), produzindo sofrimentos e modos de subjetivação que expressam essas opressões. O material de campo permite explicitar e examinar essa realidade, visando dispor de elementos que possam subsidiar planejamentos e práticas em diferentes âmbitos, combinando ações técnicas, políticas, administrativas e sociais para gerar condições rumo a avanços de um agir compartilhado onde as iniquidades de gênero e outros marcadores sociais subalternizados possam ser superados (Pinheiro, 2009).

(1) Perfil socioeconômico das docentes do ensino básico da rede municipal

Os dados coletados mostram que, em relação à faixa etária, a maioria das mulheres respondentes (61%) tem entre 36 e 56 anos. Das docentes entrevistadas, 72% se autodeclararam brancas, 21% pretas e pardas e 7% amarelas. Essas informações corroboram o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2017, no qual as pessoas autodeclaradas brancas representam a maioria entre as/os professoras/es da educação básica no Brasil. O estudo mostra que os professores brancos compreendem em 8,7% da categoria e os negros 8,1%, já as professoras brancas representam 47,2% e as negras 35,9% (IPEA, 2017). Tais aspectos podem estar relacionados aos privilégios histórico-sociais de mulheres brancas quando comparadas às não brancas e que, ao gozarem de acesso à boa instrução possuem oportunidades de ensino que reverbera, ainda na atualidade, em melhores condições de acesso à formação universitária e profissional (Louro, 2004).

A respeito do estado civil das entrevistadas, 79% responderam que são casadas ou estão em uma união estável, 13% são divorciadas, 6% são solteiras e 2% viúvas. Dados que reforçam concepções relacionadas ao matrimônio como uma esfera significativa nas relações heterossexuais das docentes entrevistadas. Essa informação reitera o cenário nacional, pois de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 85,5 milhões de brasileiras/os com mais de 15 anos (57,1%), vivem em algum tipo de união conjugal (D’Agostino, 2012). Nesse sentido, podemos perceber que, historicamente, o casamento se constituiu como uma instituição importante, principalmente para as mulheres, sendo perpetuado até os dias atuais. Zanello (2018) comenta que, em fins do século XIX e início do século XX, “não casar passou a ser, ainda mais, a prova do insucesso feminino” (Zanello, 2018, p. 73),

de modo que casar era compreendido como o destino, supostamente, final de toda mulher e que aquelas que se encontravam solteiras eram vistas como mal-amadas e adoecidas em decorrência das noções propagadas na época de que a mulher precisava do amor de um homem para ser “verdadeiramente feliz”.

No que concerne aos dados referentes à renda familiar apresentados pelas docentes, 46% responderam que possuem renda acima de dois até cinco salários mínimos⁸, 43% situam-se no contexto de renda acima de um até dois salários mínimos, 7% têm renda acima de cinco até dez salários mínimos, 3% apresentam renda igual ou inferior a um salário mínimo e 1% apresenta renda superior a dez salários mínimos.

No entanto, ao serem questionadas a respeito da ocorrência de alterações financeiras na pandemia da Covid-19, 58% das docentes responderam que houve uma diminuição de sua renda familiar. Almeida *et al.* (2020) corroboram essas informações ao demonstrarem em uma pesquisa que, quando comparada a renda familiar do período anterior ao da pandemia, para 55,1% das/os participantes houve diminuição da renda e 7% ficaram sem rendimentos. Além disso, a pesquisa propagada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), demonstrou que 46% das/os trabalhadoras/es acompanharam a queda ou o fim de suas rendas durante a pandemia do Coronavírus no Brasil (G1, 2021). Isso denota que a categoria profissional docente da rede básica pública, sob distintos regimes de trabalho, também sofreu perdas socioeconômicas diretas e indiretas, o que requer mais investigações para entender os motivos geradores dessas perdas e as principais vulnerabilidades a que estão submetidas.

(2) Contexto doméstico-familiar relacionado à maternidade das docentes

Sobre o número de filhas/os, 53% declararam que possuem duas/dois filhas/os, 34% têm uma/um filha/o, 11% têm três filhas/os e 2% apresentam mais de três filhas/os. Em relação à faixa etária das/os filhas/os, 13% têm entre zero e cinco anos, 15% são crianças entre seis e dez anos, 12% têm entre 11 e 14 anos e 60% têm filhas/os acima dos 15 anos. Os dados mostram que 40% possuem filhas/os com idade escolar que corresponde ao ensino fundamental.

Dentre as respondentes, 40% revelaram que possuíam a responsabilidade exclusiva no auxílio das/os filhas/os nas atividades escolares online e de ensino remoto no contexto pandêmico; 28% responderam que a questão não se

8 A referência utilizada é o valor do salário mínimo do estado do Paraná no ano de 2021.

aplicava, 20% afirmaram que as/os filhas/os não precisavam de auxílio na realização das atividades escolares e, por fim, apenas 12% responderam que compartilhavam a responsabilidade com o/a companheiro/a.

Além disso, 60% delas informaram que quando estavam desenvolvendo ou realizando atividades profissionais docentes em casa, não obtiveram ajuda de outras pessoas no cuidado com as/os filhas/os e/ou na realização das atividades domésticas, 27% disseram que, eventualmente, em alguns momentos puderam contar com auxílio e apenas 13% contaram com outras pessoas. Dados divulgados pelo IBGE, no ano de 2017, consolidam as informações da presente pesquisa ao apresentar que ainda continua um predomínio expressivo da figura feminina como principal responsável pelos cuidados com filhas/os no domicílio. No ano de 2015, das 10,3 milhões de crianças brasileiras com menos de quatro anos, 83,6% possuíam como primeira responsável uma mulher, seja mãe, mãe de criação ou madrastra (Campos, 2017).

Em relação às tarefas de casa e ao cuidado com as/os filhas/os, 61% responderam que não possuem o apoio de mais ninguém para realizar tais atividades e 61% alegaram que organizam sozinhas a rotina da casa, como o cardápio de alimentação, as compras e a rotina de limpeza. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), relativa ao ano de 2019, as mulheres empregadas dedicam em média 18,5 horas para atividades domésticas e cuidados de familiares, sobretudo as/os filhas/os, ao passo que os homens que trabalham dedicam apenas 10,4 horas para as mesmas atividades (Bôas, 2020).

Sendo assim, de acordo com o estudo supracitado, se estabeleceu, em 2019, que a jornada semanal feminina demandava 53,3 horas semanais totais, de modo que 34,8 horas eram relacionadas ao emprego e 18,5 horas referiam-se aos cuidados da casa e de pessoas. Em contrapartida, a jornada semanal masculina ocupava em média 50,3 horas semanais, sendo 39,9 horas dedicadas ao trabalho e apenas 10,4 horas de cuidados domésticos (Bôas, 2020). Essa realidade demonstra que as jornadas de trabalho centradas nas mulheres excedem a de homens, tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva, o que requer ponderar de modo atento os desdobramentos psicossociais sobre elas.

Zanello e Porto (2016) exemplificam essas questões ao apontarem que todos os indivíduos, desde o nascimento, já se encontram instituídos em uma sociedade marcada por um modelo binário e heteronormativo, o qual atribui ao gênero a imposição de significados sociais, priorizando, portanto, a hegemonia masculina. Contudo, Zanello (2018, p. 152) enfatiza que “as

tarefas do lar podem ser distribuídas, de modo a não sobrecarregar as mulheres e a responsabilizar também outros moradores da residência, sobretudo os homens que, em geral, pensam que esse assunto não lhes diz respeito”.

(3) Atuação profissional na docência feminina

Com relação ao terceiro eixo de análise, nossos dados mostram que 88% das docentes atuam no Ensino Fundamental I, sendo a maioria (70%) professoras do primeiro e do segundo ano. Tal processo corresponde ao fenômeno de “feminização do magistério”, o qual ocorreu a partir da noção de que essa profissão representava uma atividade de amor e doação, de modo a atuar, portanto, como uma extensão da maternidade (Louro, 2004). Assim, coube às mulheres a responsabilidade de educar crianças menores, visto que essa prática é considerada menos técnica e mais afetiva. (Zanello, 2018).

A educação da mulher se constituiu, desse modo, não para suas próprias necessidades e aspirações, mas fundamentada na principal função social feminina, de educadora das/os filhas/os e, conseqüentemente, de formadora das/os cidadãs/os (Louro, 2004). Dados divulgados pelo INEP vão ao encontro desses achados ao demonstrarem que a marcante presença das mulheres na docência se evidencia na Educação Infantil (EI). Do total de 498.785 professoras/es que atuam na Educação Infantil no Brasil, apenas 15.703 pertencem ao sexo masculino, equivalente a somente 3,14% (INEP, 2014).

Os resultados da primeira etapa do Censo Escolar do ano de 2020 mostram que 2,2 milhões de docentes atuam na educação básica brasileira, dispondo de um protagonismo feminino em todas as etapas de ensino (96,4% na educação infantil, 88,1% nos anos iniciais do ensino fundamental, 66,8% nos anos finais do ensino fundamental e 57,8% no ensino médio) (Brasil, 2021). Por fim, dados analisados pelo Censo da Educação Superior (2019), através de pesquisas realizadas anualmente pelo INEP, fundamentam essas informações ao apresentarem que 72,2% das matrículas em cursos de licenciatura são do sexo feminino, à medida que 27,8% são do sexo masculino (INEP, 2019).

Outro fator que intensificou o magistério como uma profissão primordialmente feminina pode ser considerado a partir da classificação deste como uma ocupação propícia para ser efetuada apenas em um turno, permitindo que as mulheres “atendessem suas ‘obrigações domésticas’ no outro período” (Louro, 2004, p. 453). Entretanto, apesar dessa pretensão das mulheres trabalharem em apenas um turno, o cenário político e econômico

no Brasil contemporâneo, permeado pelas dificuldades financeiras e pela diminuição da renda familiar, foi impulsionando cada vez mais mulheres a trabalharem em ambos os turnos na docência, culminando em duplas e triplas jornadas de trabalho, uma vez que as atividades domésticas e o cuidado com as/os filhas/os passaram a ser desempenhadas em um terceiro momento. Dessa forma, como assinala Zanello (2018), apesar dos avanços na educação e no mercado de trabalho, as mulheres continuam sendo responsabilizadas pela maior parte dos trabalhos realizados em casa e pelos cuidados com as/os filhas/os.

Além disso, os dados de gênero do Censo 2010, divulgados em outubro de 2014 pelo IBGE, demonstram que as mulheres estão, gradualmente, tornando-se “pessoas de referência” – termo usado atualmente para chefes de família – nos domicílios do país. Desse modo, os dados situam que no ano 2000 elas chefiavam 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios particulares e, uma década mais tarde, em 2010, esta proporção aumentou para 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios analisados (Mendes, 2015). Nesse contexto, é possível observar que devido à rígida situação econômica atual, as mulheres que antes trabalhavam em apenas um turno, agora são consideradas líderes da família, acumulando os encargos das atividades produtiva e reprodutiva.

(4) Trabalho docente no contexto da pandemia

A respeito do quarto eixo de análise, os dados demonstram que quando perguntadas se precisaram desenvolver atividades docentes – preparação e execução de aulas, organização de planos de ensino e conteúdos didáticos – por via remota ao longo da pandemia, 97% responderam que sim. Informações que corroboram os apontamentos de Castro, Rodrigues e Ustra (2020), os quais comentam que, no início da pandemia, a população brasileira pressupôs que as mudanças decorrentes do contágio pelo novo coronavírus seriam momentâneas. Todavia, devido ao avanço do vírus SARS-CoV-2 pelo mundo todo, foi preciso desenvolver estratégias para o prosseguimento das atividades educacionais. Em março de 2020 foi publicada pelo Ministério da Educação (MEC) a Portaria nº 343/2020, que dispõe sobre a “substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19” (Brasil, 2020a). Sendo assim, as instituições de ensino básico, médio e educação superior tiveram que adaptar suas atividades para realizá-las de forma remota, sem a possibilidade de planejamento e adaptação das/os professoras/es para utilizar das Tecnologias da Informação e Comunicação, as TIC’s. Conforme o cenário pandêmico se expandiu, o MEC realizou publicações de mais Portarias que

alteraram as indicações da forma de atuação das escolas. Até que em 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o Parecer 05/2020 (Brasil, 2020b), que trata da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19. O novo modelo de ensino, portanto, encontrava-se baseado nas ações tecnológicas e do ensino remoto, em decorrência das precárias condições sanitárias para o retorno de atividades presenciais.

Os dados da pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO)⁹, o qual contemplou as/os professoras/es da Educação Básica das redes públicas estaduais e municipais de todos os estados brasileiros, fundamentam as informações expostas. O referido estudo, efetuado com 15.654 professoras/es que experienciaram atividades docentes durante o contexto pandêmico brasileiro, mostrou que 84% desenvolveram atividades laborais por via remota (GESTRADO, 2020).

Nessas circunstâncias, nossos dados expressam que 83% das docentes afirmaram ter tido dificuldades para realizar as atividades por via remota, principalmente, no que diz respeito ao espaço físico e utilização de equipamentos eletrônicos adequados para produzir as aulas, situação que obteve a resposta de 68% das docentes participantes. Feitosa *et al.* (2020), a partir de entrevista com alunas/os e professoras/es de distintos cursos, áreas e níveis de ensino, apresentam relatos nos quais as/os professoras/es reportaram dificuldades em relação à preparação das aulas, sobretudo, referente ao processo de gravar e editar os vídeos, bem como a falta de um ambiente adequado para ministrar as aulas – encontrando adversidades também no processo de aquisição por conta própria de capacidades técnicas necessárias para a utilização das novas ferramentas de ensino. Paludo (2020) ratifica essas informações ao apontar que o principal desafio do ensino remoto nesse contexto pandêmico estava vinculado com as condições de falta de acesso à internet e de instrumentos tecnológicos indispensáveis para as aulas. A dificuldade do ensino não presencial encontrava-se também na carência em relação ao manuseio da tecnologia, principalmente por parte da maioria das/os docentes, as/os quais até o momento não havia experienciado o uso destes equipamentos, uma vez que “a formação dos professores dificilmente contempla a demanda do EaD” (Paludo, 2020, p. 48).

Essa situação, vivida no âmbito doméstico-familiar, expressa como as/os docentes tiveram que assumir de maneira unilateral, e de modo súbito,

9 Criado em 2002, o GESTRADO conta com professoras/es, pesquisadoras/es e alunas/os de graduação e pós-graduação com a finalidade de analisar as políticas educacionais (a gestão educacional e o trabalho docente).

a responsabilidade pelo acesso, familiarização e manejo de TIC's – sem contar com o devido suporte institucional, de recursos financeiros e mesmo de capacitação para tal. A atividade produtiva no espaço reprodutivo não se deu sem improvisos, tentativas e erros, assim como de conflitos subjetivos e intersubjetivos vividos junto às/aos integrantes familiares mais o corpo escolar (direção, coordenação, mães, pais e alunas/os) em jornadas incessantes de trabalho.

Ante esse cenário, os dados da nossa pesquisa evidenciam que 56% das docentes participantes, representando mais da metade, expressaram dificuldades em organizar o tempo livre entre atividades domésticas e laborais. Informação que reafirma os debates abordados por Casagrande, Incerti e Freitas (2022) a respeito do rompimento dos limites entre o espaço pessoal e o profissional em decorrência do isolamento social no ambiente pandêmico. A partir daquele momento “O espaço que antes era de repouso, agora é um espaço de trabalho” (Paludo, 2020, p. 49) e as ferramentas, como as redes sociais, que eram utilizadas de forma particular, tornaram-se um dos principais meios de contato profissional com mães e pais de alunas/os e coordenação pedagógica.

Além disso, 48% das docentes, correspondendo mais de um terço das respondentes, afirmaram que uma das principais dificuldades encontradas foi atender demandas maternas nos momentos em que precisavam desenvolver atividades docentes. Desse modo, podemos ponderar que o dispositivo da maternidade interfere diretamente nas execuções das atividades docentes das mulheres, especialmente diante do momento de isolamento pandêmico, no qual encontra-se uma contiguidade dos ambientes domésticos e laborais. Tal incompatibilidade do trabalho laboral com a maternidade provém do modelo de construção do campo científico baseado em um padrão hegemônico masculino, o qual exige uma dedicação em tempo integral ao trabalho, evidenciando que o espaço da mulher é o doméstico e distanciando-a cada vez mais das atividades de preparação de aulas, pesquisas docentes e produções científicas. Dessa forma, para a mãe-trabalhadora é um desafio manter-se produtiva acadêmica-cientificamente nesse contexto de isolamento pandêmico, sem alterar a qualidade idealizada de sua experiência maternal.

Macêdo (2020) evidencia essas questões ao relatar situações de suas próprias experiências durante o contexto pandêmico no ano de 2020, expondo que embora o cargo público de docente concursada tenha lhe trazido estabilidade financeira e autorreconhecimento de uma conquista profissional que considerava importante, o sentimento em relação à maternidade não reverbera da mesma forma. Nas palavras da autora: “Sou reconhecida e me reconheço como uma excelente professora, mas, mesmo que meus filhos

digam que sou a melhor mãe do mundo, não me reconheço como uma boa mãe” (Macêdo, 2020, p. 194).

Além disso, com a finalidade de fundamentar esses aspectos para os distintos âmbitos de atuação docente, Souza e Machado (2021, p. 287), ao realizarem uma pesquisa com mulheres docentes universitárias e mães no contexto da pandemia, apontam que “o tempo para a produção de um artigo, elaboração de questionários, levantamento bibliográfico é condicionado, no nosso caso, à rotina diária justaposta a tarefas da casa, a alimentação e as demandas infantis e escolares”. As vivências docentes, em distintos níveis de escolaridade, possuem similaridades acerca da condição feminina construída nos papéis sociais marcados pela assimetria da divisão social e sexual do trabalho, reverberando mais uma vez os encadeamentos do âmbito produtivo e reprodutivo que a feminização do magistério tende a acentuar.

(5) Apontamentos sobre a saúde mental das mulheres professoras

No que concerne ao quinto eixo de análise, nossos dados expõem que 80% das docentes responderam que não possuíam tempo para se dedicarem exclusivamente a si mesmas, para além das atividades domésticas e de cuidado com as/os filhas/os. Essa informação está em consonância com a pesquisa realizada pela empresa denominada *Green's*, a qual evidenciou que, em média, as mulheres possuem menos de uma hora por dia para usufruir do seu tempo livre. Os resultados demonstraram que uma em cada três entrevistadas relatou ter 30 minutos ou menos do dia para realizar atividades que lhe permitam se divertir ou relaxar, de modo que não estejam relacionadas ao trabalho, cuidados da casa ou da família. Além disso, 60% das mulheres participantes afirmaram não conseguir cumprir com todas as suas obrigações diárias por falta de tempo (Achkar, [s.d]).

Partindo deste viés, os dados do nosso estudo expõem que, quando perguntado se o cuidado e a dedicação direcionados exclusivamente a elas foi alterado durante o momento da pandemia e isolamento social, 86% das docentes responderam que sim, complementando que passaram a dispor de menos tempo para cuidarem de si mesmas e realizarem atividades para além das domésticas, como ler um livro, assistir ao filme/série/novela, desenvolver atividades artesanais e cuidados com saúde e corpo. Ou seja, esse tempo de cuidado pessoal, que já se encontrava escasso devido às funções domésticas e cuidado com as/os filhas/os, tornou-se praticamente improvável com a eclosão da pandemia, a qual intensificou a sobreposição de funções, de modo que rompeu completamente os limites domésticos e laborais com a inserção do isolamento social.

Discussões levantadas através da pesquisa realizada pela “Gênero e Número”, em parceria com a “Sempre Viva Organização Feminista” (SOF), reiteram essas informações ao evidenciarem que, em uma amostra de 2.641 mulheres de todas as regiões do Brasil, 41% delas afirmaram trabalhar mais durante a quarentena devido ao aumento das jornadas de trabalho e, conseqüentemente, a sobreposição da vida laboral com as tarefas domésticas, intensificando, portanto, o trabalho considerado “feminino” – uma vez que as tarefas ainda não são distribuídas de modo igualitário no âmbito doméstico (Tiago, 2021). Isto é, diante do ambiente pandêmico, com o aumento exponencial de trabalho das docentes, estas viram-se submetidas à justaposição de ambientes, o que, de fato, contribuiu drasticamente para que o tempo dedicado a si mesmas diminuísse, assim como também interferiu na qualidade de vida dessas mulheres.

Nossos dados demonstram que 85% das mulheres docentes entrevistadas responderam que o principal afeto experienciado durante o contexto pandêmico foi o sentimento de ansiedade. Em acordo com essa informação, os resultados da investigação realizada por Ribeiro *et al.* (2021, p. 5) apresentam que “as mulheres têm a saúde mental mais afetada pela pandemia de Covid-19 em relação aos homens e requerem uma atenção diferenciada que busque promover o acesso desse grupo aos serviços de apoio à saúde mental”.

Zanello, Fiuza e Costa (2015) evidenciam essas considerações ressaltando que a saúde mental está fortemente relacionada ao marcador social de gênero, expõem que os estereótipos – constituídos pela sociedade sexista brasileira – favorecem padrões de comportamento que categorizam homens e mulheres, de modo que as diferenças físicas entre elas/es são transformadas em diversidades sociais. Ou seja, de acordo com Vianna e Diniz (2014), o pensamento dicotômico, que concebe homens e mulheres como dois polos opostos, justifica tal divisão mediante a ideia de que os mesmos são biologicamente diferentes e que, portanto, cada qual deve realizar papéis sociais específicos no âmbito profissional e doméstico-familiar. Assim, a discriminação e a marginalização da mulher, a solidão e a carga excessiva de trabalho (tanto doméstico quanto profissional), bem como a ausência de tempo livre, má remuneração e a pouca valorização social, são fatores que interferem no processo de adoecimento e sofrimento.

Em relação às vivências de mulheres e homens no contexto da pandemia da Covid-19, observa-se um grande impacto na saúde mental das/os brasileiras/os, principalmente, das mulheres-mães e docentes que participaram da presente pesquisa. Contudo, nossos dados demonstram

que 74 mulheres, mães e professoras, isto é, 65%, responderam que não realizavam acompanhamento psicológico/psiquiátrico antes da Covid-19 e continuaram não realizando ambos os tipos de atendimentos depois da pandemia. Ao passo que apenas duas participantes responderam que não realizavam acompanhamento psicológico/psiquiátrico antes da pandemia e passaram a realizar ambos os tipos de atendimentos após o contexto pandêmico.

Essas informações também podem ser evidenciadas no estudo sobre saúde mental, elaborada entre maio e junho de 2020, conduzido pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que contou com três mil voluntários dos gêneros feminino e masculino. A referida pesquisa apontou que os níveis de desequilíbrio emocional se encontravam maior entre as mulheres. E ao fazer um recorte daquelas que moram nas bordas da cidade, e que, portanto, são atravessadas por outras vulnerabilidades, foi possível constatar que essas mulheres marcadas pelas intersecções de raça e classe social, em especial, demoravam a solicitar ajuda em razão de outras demandas que tomavam a frente – além do fato de que não possuíam diversos elementos considerados necessários para conseguirem dedicar um tempo do seu dia a fim de realizar cuidados psicoterápicos (Pedrina, 2021).

Nesses termos, embora a pesquisa supracitada tenha se referido, principalmente, ao ser mulher negra e da periferia, infere-se que essas razões recaíram sobre as mulheres de modo geral, as quais, na pandemia, se encontraram diante de um contexto limitante que lhes submeteram aos cuidados da casa e das/os filhas/os juntamente aos aspectos laborais, não lhes restando tempo para realizarem quaisquer outras atividades. Além de que fatores como a falta de acesso aos profissionais por questões financeiras, e também, uma determinada resistência a efetuar um acompanhamento psicológico, podem corroborar com o baixo número de mulheres que buscaram por atendimentos psicológicos/psiquiátricos.

Apesar da pandemia afetar profundamente a saúde e o bem-estar de parte expressiva da população, suscitando altos níveis de estresse ao diminuir as interações sociais dos indivíduos, de modo a ocasionar sentimentos de desamparo, abandono e insegurança (Ribeiro *et al.*, 2021), nossa investigação visibiliza que a maior parte das docentes que participaram, apesar de haver uma elevada sobrecarga psicológica, não passou a realizar acompanhamentos psicológicos/psiquiátricos. Todavia, 4% das entrevistadas iniciaram exclusivamente atendimentos psiquiátricos e o uso de medicação psicofarmacológica, o que pode reforçar a existência do saber-poder da

medicina e das indústrias farmacêuticas mais preponderante, com interesses mercadológicos, as quais encontram-se diretamente relacionadas com os aspectos de gênero.

Em vista disso, Zanello (2014) comenta que empresas farmacêuticas desenvolvem propagandas que se constituem como “tecnologias de gênero”, como aponta Lauretis (1984). Assim, segundo Mastroianni *et al.* (2008), há uma predominância das figuras femininas (62,8%) nas propagandas referentes aos medicamentos psicofarmacológicos, sendo as mulheres quatro vezes mais frequentes que os homens nas propagandas de antidepressivos e ansiolíticos. Dessa forma, “a representação exagerada da mulher e a tendência de retratá-la de forma estereotipada podem formar um protótipo de depressão e ansiedade, no qual os médicos ‘patologizam’ suas pacientes mulheres com depressão e ansiedade quando elas estão com problemas circunstanciais e/ou transitórios” (Mastroianni *et al.*, 2008, p. 5).

Em suma, é possível observar uma hipermedicalização do corpo feminino ao perpetuar padrões e ideais engendrados que consideram a mulher deprimida como “não sadia”, e que, dessa forma, somente será possível que esta volte a se adequar aos padrões, fazendo uso de medicamentos. O ansiolítico de nome comercial Diazepam, por exemplo, classifica-se como um medicamento que permite às mulheres desempenharem seu papel social “inato”, como cuidar das/os filhas/os e do lar, além de aceitarem um lugar submisso tanto social quanto sexual, sendo considerado, portanto, como uma suposta cura para essas mulheres (Zanello, 2010). Alinhada a essa perspectiva, ao pesquisar acerca da relação entre gênero e uso de psicofármacos, Fontanella (2017) aponta que as maiores prevalências de uso de antidepressivos e ansiolíticos ocorrem entre as mulheres, 57,9% e 53,6%, respectivamente. Ao passo que o uso de antipsicóticos e estabilizadores do humor são maiores entre os homens, 20,5% e 22,5%, respectivamente.

3 Considerações finais

Podemos pensar que a necessidade de cuidados com a saúde das profissionais docentes não é algo recente, como revela a pesquisa de Facci e Urt (2017). Entretanto, a pesquisa aqui apresentada explicita o aprofundamento dos fatores preditores de adoecimento desta categoria ao se deparar com novas demandas laborais para as quais não foram preparadas e/ou não tiveram recursos materiais e imateriais disponíveis para tal – especialmente no cenário hostil da pandemia que exacerbou as dificuldades oriundas das precárias condições e relações de trabalho experimentadas nesse âmbito profissional. Diante da busca para compreender as condições

cotidianas vivenciadas por docentes mães no atual contexto de trabalho remoto impulsionado pela situação de isolamento social experienciada em decorrência da Covid-19, foi possível identificar que o cenário da pandemia gerou proeminentes impactos nas vivências das mulheres mães e docentes do ensino básico público de um município do Paraná. Isso demonstra que além da dimensão macrossocial, a esfera psicossocial, da intimidade e doméstico-familiar, foi profundamente afetada, alterando os modos de viver e de se relacionar – com destaque para o âmbito de trabalho produtivo e reprodutivo exercido pelas mulheres.

Embora o presente estudo tenha suas limitações, isto é, esteja direcionado especificamente às mulheres docentes do ensino básico de uma cidade no interior do estado do Paraná, esses dados também podem subsidiar e dialogar com a construção de outros discursos e práticas que visam a equidade entre homens e mulheres nas relações sociais, profissionais e doméstico-familiares, com a finalidade de romper com concepções de que o cuidado de filhas/os e as atividades domésticas devem ser realizadas exclusivamente por mulheres.

Além disso, com os dados encontrados também foi possível perceber a importância de fomentar espaços coletivos de reflexões para que as mulheres possam partilhar as relações entre maternidade e trabalho, com o intuito de fortalecer diálogos e compartilhamento de ações conjuntas, de modo a criar estratégias que proporcionem o reconhecimento das necessidades dessas mulheres, assim como de seu acolhimento. Por fim, espera-se contribuir para fortalecer debates que aspirem constituir políticas públicas de cidadania e saúde mental mais acessíveis para acolher mulheres em intenso sofrimento psíquico em espaços de cuidado e fortalecimento político e subjetivo. Para tanto, é indispensável o aporte da integralidade em saúde, a identificação das determinações sociais do processo saúde-doença e sofrimento delas, assim como da problematização constante da divisão social e sexual do trabalho.

Referências

ACHKAR, Michelle. Mulheres têm apenas meia hora por dia para se cuidar. In: **Terra**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/mulher/comportamento/mulheres-tem-apenas-meia-hora-por-dia-para-se-cuidar,7b48e4ddfce27310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

ALMEIDA, Wanessa da Silva de. *et al.* Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de Covid-19. In: **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020.

BÔAS, Bruno Villas. IBGE: Mesmo empregadas, mulheres dedicam 8 horas a mais do que homens nos afazeres da casa. In: **Valor**, 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/04/ibge-mesmo-empregadas-mulheres-dedicam-8-horas-a-mais-do-que-homens-nos-afazeres-da-casa.ghtml>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. GABINETE DO MINISTRO. **Portaria n. 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19. 2020a.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 05/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19. 2020b.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mulheres predominam em estudos, pesquisas e exames**. 08 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/mulheres-predominam-em-estudos-pesquisas-e-exames-educacionais>>. Acesso em: 08 de março de 2022.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; VEGA INCERTI, Tânia Gracieli; BUENO DE FREITAS, Lucas. TÁ ESTRESSANTE DEMAIS: impacto da pandemia do Coronavírus na vida das mulheres. In: **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2022. DOI: 10.9771/rf.v10i1.46984. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/46984>>. Acesso em: 20 de março de 2023.

CASTRO, Douglas Pereira; RODRIGUES, Nayane Danielle de Souza; USTRA, Sandro Rogério Vargas. Os reflexos do ensino remoto na docência em tempos de pandemia da Covid-19. In: **Revista EDaPECI**, v. 20, n. 3, pp. 72 - 86, 2020.

CAMPOS, Ana Cristina. IBGE diz que mulher é a principal responsável por criança no domicílio. In: **Agência Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/ibge-mulher-%C3%A9-principal-responsavel-pela-crianca-no-domicilio>>. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

D'AGOSTINO, Rosanne. Maioria dos brasileiros é solteiro, mas 57% têm algum tipo de união conjugal. In: **G1**, 21 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/09/maioria-dos-brasileiros-e-solteiro-mas-57-tem-algum-tipo-de-uniao-conjugal.html#:~:text=Por%20estado%20civil%2C%2048%2C1,39%2C9%25%20s%C3%A3o%20casados.&text=N%C3%BAmeros%20do%20Instituto%20Brasileiro%20>

de,algum%20tipo%20de%20uni%C3%A3o%20conjugal>. Acesso em: 20 de novembro 2022.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha (Orgs). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Teresina: EDUFPI, 2017.

FEITOSA, Murilo Carvalho et al. Ensino Remoto: o que Pensam os Alunos e Professores? In: **Anais**. V Congresso sobre Tecnologias na Educação. SBC, 2020. pp. 60 - 68.

FONTANELLA, Andréia Turmina. **Uso de psicofármacos**: uma abordagem de gênero. Dados da Pesquisa Nacional Sobre o Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos – PNAUM 2014. 2017. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GESTRADO. **Trabalho docente em tempos de pandemia** – relatório técnico. GESTRADO/UFMG, 2020. Disponível em: <https://gestrado.netbr/wp-content/uploads/2020/08/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v03.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. In: **Estudos feministas**. Florianópolis, v. 2, n. 3, pp. 93 - 100, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291/14832>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Notas estatísticas 2019. In: **Censo da educação superior**, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

----- **Sinopses estatísticas da Educação Básica**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo traça perfil do professor de educação básica no Brasil**. Publicado em 30 de junho de 2017.

Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2764-estudo-traca-perfil-do-professor-de-educacao-basica-no-brasil?highlight=WYjyZW5kaW1lbnRvcylsInRyYWJhbGhvlwiJ3RyYWJhbGhvlwidHJhYmFsaG8nLCIsInRyYWJhbGhvJy4iL-CJ0cmFiyWxobyciXQ==#:~:text=As%20professoras%20brancas%20s%C3%A3o%2047,negras%2C%2021%2C5%25.>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, pp. 206 - 242.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

MACÊDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia Covid-19: tecendo sentidos. In: **Revista do NUFEN**: Phenom. Interd. Belém, v. 12, n. 2, pp. 187 - 204, mai./ago., 2020.

MASTROIANNI, Patricia de Carvalho *et al.* Análise do conteúdo de propagandas de medicamentos psicoativos. In: **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 5, 2008.

MENDES, Cristiane. Responsabilidade familiar feminina veio para ficar, garante economista. In: **G1**, 05 de março de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2015/03/responsabilidade-familiar-feminina-veio-para-ficar-garante-economista.html>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

MOLINIER, Pascale. **O trabalho e a psique** - uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2013.

PALUDO, Elias Festa. Os desafios da docência em tempos de pandemia. In: **Em Tese**, Florianópolis, v. 17, n. 2, pp. 44 - 53, jul./dez., 2020.

PEDRINA, Bianca. Mulheres pobres e as barreiras para acessar atendimento psicológico. In: **Nós**, 28 de abril de 2021. Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/mulheres-pobres-e-as-barreiraspara-acessar-atendimento-psicologico/>>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

PINHEIRO, Roseni. Integralidade em saúde. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/intsau.html>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2023.

PORTAL G1. Quase metade dos trabalhadores viram renda diminuir ou acabar na pandemia, diz CNI. In: **G1**, 28 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/28/quase-metade-dos-trabalhadores-viram-renda-diminuir-ou-acabar-na-pandemia-diz-cni.ghtml>>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

RIBEIRO, Lahanna da Silva *et al.* Efeitos da pandemia de Covid-19 na saúde mental de uma comunidade acadêmica. In: **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, 2021.

SOUZA, Lorena Francisco de.; MACHADO, Luiza Helena Barreira. Casa, maternidade e trabalho no distanciamento social: a 'pandemia' da sobrecarga de trabalho para as mulheres. In: **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, pp. 282 - 308, 2021.

TIAGO, Ediane. Isolamento social aumenta sobrecarga das mulheres. In: **Economistas**, 16 de junho de 2021. Disponível em: <<https://bwe.fea.usp.br/pt/isolamento-social-aumenta-sobrecarga-das-mulheres/#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20dados,forma%20de%20viol%C3%AAncia%20no%20per%C3%ADodo>>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

VIANNA, Cristina; DINIZ, Gláucia. Gênero, feminismos e saúde mental: implicações para a prática e a pesquisa em psicologia clínica. In: ZANELLO, Valeska; ANDRADE, Ana Paula Muller de M. (Orgs.). **Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade**. Curitiba: Appris, 2014, pp. 81 - 106.

ZANELLO, Valeska. A saúde mental sob o viés do gênero: uma releitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: ZANELLO, Valeska; ANDRADE, Ana Paula Muller de M. **Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade**. Curitiba: Appris, 2014, pp. 41 - 58.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. In: **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238-246, set/dez. 2015.

ZANELLO, Valeska *et al.* Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 30, 2022.

ZANELLO, Valeska.; PORTO, Madge. **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016.

..... **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

..... Mulheres e loucura: questões de gênero para a psicologia clínica. In: ALMEIDA, Tânia Mara *et al.* **Gênero e feminismos: convergências (in) disciplinares**. Brasília: Exlibris, 2010, pp. 307 - 320.

Recebido em abril de 2023.

Aprovado em abril de 2024.